

# Constituição proibirá venda de sangue

Brasília-Júlio Fernandes

BRASÍLIA — Com ajuda do líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, a esquerda manteve no texto constitucional o dispositivo que proíbe o comércio de sangue e seus derivados, além de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante.

No parágrafo 4º do artigo 204, a nova Constituição estabelecerá: "A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, vedado todo tipo de comercialização."

Sant'Anna rebateu os argumentos de que a aprovação do parágrafo. "Isso apenas vai permitir um rigoroso controle do Estado sobre os bancos de sangue", explicou o deputado, que foi ministro da Saúde no início do governo José Sarney. Sant'Anna subiu à tribuna para discursar contra a emenda dos deputados Daso Coimbra, Jofran Frejat, Pedro Canedo, José Lins e Raimundo Resende, que tentava abrir exceção para a comercialização dos derivados de sangue. "O texto não é estatizante. O que é vedado é fazer do sangue mercadoria e tirar do sangue mais-valia", disse da tribuna o líder do governo.

**Hemofílicos** — O principal argumento usado por Sant'Anna em defesa da proibição do comércio de sangue e seus derivados foi o alto índice de contaminação pelo vírus da Aids, através de transfusões com sangue colhido nos bancos particulares. Apenas no Rio de Janeiro, segundo dados da Associação dos Hemofílicos do Brasil, 80% dos portadores da doença adquiriram Aids em transfusão. "Não houve um só caso de contaminação nos hemocentros do Estado", completou Carlos Sant'Anna, responsável pela implantação dos centros de coleta de sangue controlados pelo Ministério da Saúde.

A argumentação dos que queriam deixar de fora da proibição dos derivados de sangue foi calçada num folheto que as indústrias nacionais produtoras de reagentes para classificação dos grupos sanguíneos distribuiu entre os parlamentares. "Esses reagentes não são injetáveis, pois a classificação do grupo sanguíneo é realizada *in vitro* (em tubo de ensaio)", afirmou da tribuna o deputado Jofran Frejat,



Jofran defendeu na tribuna a privatização para o sangue

reproduzindo palavra por palavra um trecho do folheto. A emenda que dava nova redação ao parágrafo 4º do artigo 204 foi rejeitada por não alcançar o quórum mínimo de 280 parlamentares — foram 181 votos a favor, 243 contra e dez abstenções.

□ A proibição da comercialização de sangue e hemoderivados não significa a estatização dos bancos de sangue, segundo a interpretação do Ministro da Saúde, Borges da Silveira. Ele disse que, apesar da decisão tomada pelos constituintes, o Inamps continuará realizando convênios com as entidades privadas, a fim de suprir de sangue os hospitais da rede pública. Caso esta emenda signifique a estatização dos bancos de sangue, esclarece ainda o ministro, o Estado não terá condições de prestar o serviço, já que, atualmente, apenas 30% do sangue disponível é fornecido pelos hemocentros públicos.

## Associação que combate Aids aprova a decisão

O presidente da Associação Brasileira Interdisciplinar da Aids (Abia), Herbert de Souza, considerou a decisão da Constituinte de proibir a comercialização do sangue e seus derivados "um passo fundamental" para combater a epidemia da Aids. Segundo ele, 20% dos casos de contaminação ocorrem por transfusão de sangue. Herbert — irmão do cartunista Henfil, que morreu de Aids em janeiro desse ano, através de transfusão de sangue contaminado — estava confiante na aprovação do dispositivo.



Herbert de Souza

— Confiava que o 2º turno ia manter a decisão sábia, apesar de tardia, de tornar o sangue uma coisa pública, acabando com a comercialização — declarou o presidente da Abia. Sustentando a importância de o Estado assumir a responsabilidade sobre a qualidade do sangue, Herbert de Souza contou que ficou alarmado ao tomar conhecimento, a poucas semanas, de que a vigilância sanitária em Belo Horizonte só começou a fiscalizar os bancos de sangue nesse ano.

Segundo Herbert, a maior parte dos bancos de sangue do país são particulares e "quase não existe controle sobre a qualidade do sangue e dos hemoderivados, excepcionalmente em São Paulo e no Rio". O presidente da Abia disse que o primeiro passo a ser tomado, após a decisão da Constituinte, deverá ser a formulação de um programa nacional de sangue, visando equacionar a proibição da comercialização do sangue e seus derivados. Herbert defende a implantação dos hemocentros, grandes bancos de sangue com capacidade de coleta e processamento do sangue, que existem em algumas capitais como Rio, São Paulo e Pernambuco. Assim, explicou ele, não só o sangue como os hemoderivados, consumidos principalmente pelos hemofílicos, estarão sob o controle mais rígido do poder público e da sociedade.

## Futebol alivia a tensão

Juiz constituinte atropela regras mas imprensa ganha

João Domingos

BRASÍLIA — Na noite de anteontem, depois de passarem por uma maratona de votações, das nove da manhã às nove da noite, oito constituintes resolveram descansar do esforço das votações jogando futebol. Durante 50 minutos, a partir das 11h da noite, o deputado Ézio Ferreira (PFL-AM) foi chamado de *doutor Ulysses*. Vestindo uma malha escura no lugar do tradicional terno de linho, ele apitou a partida de futebol de revanche pedida pelos constituintes ao time de jornalistas que cobrem os trabalhos da Assembléia. Assim como Ulysses faz com o regimento, Ézio atropelou as regras do futebol, invertendo faltas e laterais em favor dos parlamentares. Não adiantou. O time adversário venceu por 8 a 5.

A partida de futebol foi a forma que alguns constituintes encontraram para descansar das longas jornadas de trabalho do *esforço concentrado*. Ézio Ferreira, conhecido pelas tartarugadas e peixadas que promove em sua mansão de 10 mil metros quadrados, no setor mais nobre de Brasília, o Lago Sul, ofereceu seu campo de futebol particular para a revanche. E, mantendo a tradição, brindou os convidados com um jantar que variou do churrasco

gaúcho à moqueca de pirarucu, do feijão verde ao tambaqui assado. Tudo acompanhado de uísque 17 anos e vodca importada.

**Meio-de-campo** — Desta vez, sem as presenças dos deputados Gerson Peres (PDS-PA) na extrema direita, e José Genoíno (PT-SP) na extrema esquerda, ambos especializados em semear a discórdia entre os adversários, seja na Constituinte ou no campo de futebol, o time dos parlamentares adotou uma posição mais defensiva. Ziza Valadares (PSDB-MG), ex-jogador do Atlético Mineiro, guardou a defesa. Maguito Vilela (PMDB-GO), Pedro Canedo (PFL-GO) e Aécio Neves (PMDB-MG) revezaram-se pelas pontas, mas fechando sempre pelo meio, como na Constituinte. Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), filho do ministro da Administração, Aluísio Alves, procurou administrar seu time no meio-de-campo.

Eraldo Tinoco (PFL-BA), que passa todo o tempo reclamando dos atropelos ao regimento patrocinados por Ulysses Guimarães, resolveu ficar calado ao perceber que o juiz Ézio Ferreira fazia o mesmo. Afinal, desta vez ele se beneficiava. Aécio Neves, que correu o tempo todo e exigiu que Maguito "suasse a camisa", imitou o avô Tancredo Neves, conciliador. Depois de quase trocar tapas com um adversário, procurou-o ao final do jogo para pedir desculpas e, abraçado, o levou até as mesas onde estavam o tambaqui e o pirarucu.